

O “BAIANO” ENTRE AS MIGRAÇÕES INTERNAS E O NEOESCRAVAGISMO NO RIO GRANDE DO SUL

THE “BAIANO” BETWEEN INTERNAL MIGRATIONS AND NEO-SLAVERY IN RIO GRANDE DO SUL

Pedro Marchioro¹

RESUMO

Entre 2013 e 2016, iniciei uma pesquisa sobre os conflitos ocorridos no Rio Grande do Sul por ocasião da instalação do Polo Naval e a emergência da figura do “baiano”, um estigma que sintetizava a variação de migrantes que vinham de toda parte do Brasil para trabalhar no Polo. Em 2023, quase dez anos depois, o signo “baiano” ressurgiu entre denúncias e escândalos de trabalho escravo no mesmo estado. O objetivo deste artigo é apontar possíveis correlações dos conflitos culturais acesos no Polo Naval entre 2013 e 2023. A metodologia utilizada cruza a análise discursiva sobre o “baiano” enquanto sujeito do trabalho escravo, o mapeamento econômico das condições em que tais práticas ocorrem e a análise comparativa entre o contexto da primeira e da segunda fase da pesquisa.

Palavras chave: Racismo, Xenofobia, “Baiano”, Polo Naval, Migração.

ABSTRACT

Between 2013 and 2016, I began research on the conflicts that occurred in Rio Grande do Sul when the Naval Hub was installed and the emergence of the figure of the “Bahian” a stigma that summarized the variety of migrants who came from all over Brazil to work at the Hub. In 2023, almost ten years later, the symbol “Bahian” resurfaced amid allegations and scandals of slave labor in the same state. The objective of this article is to point out possible correlations between the cultural conflicts that arose at the Naval Hub between 2013 and 2023. The methodology used crosses the discursive analysis of the “Bahian” as a subject of slave labor, the economic mapping of the conditions in which such practices occur, and the comparative analysis between the context of the first and second phases of the research.

Keywords: Racism, Xenophobia, “Baiano”, Polo naval, Migration.

¹ Doutor em Sociologia e pós-doutorando pela Universidade Federal do Paraná.

1. INTRODUÇÃO

Entre 2013 e 2016, fui membro do Núcleo de Estudos do Polo Naval (NEPN), grupo interdisciplinar criado por professores e pós-graduandos da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) que buscava abarcar as várias dimensões do fenômeno do Polo Naval de Rio Grande (RS), cidade ao sul do estado. À época era quase impossível não estudar aquele quadro digno de filme: uma cidade litorânea com menos de 100 mil habitantes e uma economia estável, apoiada nos serviços, no pequeno comércio e na pesca. O fator que a predispunha ao mundo eram o porto (construído em finais do século 19) e a Universidade Federal de Rio Grande (FURG) ainda recente em seu território.

O problema mais pronunciado com a entrada do Polo era um conflito que se desenrolava entre os habitantes locais, autodenominados “gaúchos”, e os estrangeiros ditos “baianos”. À primeira vista um conflito sempre contado em tom de piada, como algo não sério, um resmungo dos “gaúchos”, aquela figura que eles mesmos descreviam como folclórica, como “bagual”, isto é, bairrista, rude e grosseiro e que, por isso, incomodados com o jeito extrovertido dos “baianos”. Esse incômodo, todavia, sinalizava um mal-estar mais profundo trazido com o Polo. Os “baianos”² representavam o movimento desestabilizante do cotidiano, os novos transeuntes, os novos vizinhos e personagens no transporte público. Eram as novas referências no real, as oscilações nos preços dos produtos básicos, a nova riqueza que a cidade prometia, a disputa por postos de trabalho com as melhores condições.

Subjazia ao conflito disputas materiais, concretas, como aquele em torno do protagonismo no Polo, para o qual os “gaúchos” não estavam preparados, enquanto os “baianos”, isto é, os paulistas, cariocas, capixabas e cearenses, contavam com treinamento avançado devido à tradição do setor em suas regiões. E outros elementos se sobressaíam nas disputas entre “gaúchos” e “baianos”: o poder de consumo e de circulação advindos com os melhores salários dos “baianos”, a inserção em locais públicos outrora frequentados exclusivamente pelos locais, como bares e casas noturnas, e a crispação quanto ao modo de se comportar em cada espaço daquela realidade.

Os “baianos” eram coloridos demais e barulhentos demais nos transportes públicos e nos mercados, eram solteiros e abordavam aleatoriamente mulheres e homens nas ruas, divertiam-se em grupos nos fins de semana. A soma disso significava uma disputa pelo conjunto dos entes daquela realidade de acordo com as disposições e habilidades já apreendidas pelos gaúchos locais, mas que agora se demonstravam insuficientes em sua nova configuração. Em suma, a realidade escapava do controle dos nativos e os obrigava a se reajustarem, e isso causava reação e incômodo.

Com a diminuição quase completa das atividades no Polo já em 2016, sobretudo devido à Operação Lava Jato e à paralisação das principais empresas (Engevix, Ecovix, Odebrecht), Rio Grande voltou à sua fisionomia anterior, mais lenta, erma, com certa aparência de abandonada. Já no fim de minha pesquisa, pude sentir o saudosismo dos bons tempos em que o problema eram os “baianos”, aqueles que foram embora e levaram consigo os tempos de bonança. “*Eles não eram tudo aquilo que falavam*”, “*Eu tinha muitos amigos baianos, cariocas, cearenses. Não tinha esse preconceito*”, passei a ouvir junto aos moradores. Essa era a impressão que se tinha no quase deserto do Polo Naval.

² Utilizo o termo sempre entre aspas para indicar o caráter pejorativo em que era utilizado, dissociado ou indiferente à sua designação de localidade, cultura ou tradição. Antes, e em geral, mais condizente com a representação daquilo que não é daqui, que é de fora, do norte, do outro.

Mas a mudança não estava concluída. Alguns anos depois o fantasma do “baiano” reapareceria, e em piores condições. Com a mudança da gestão governamental em 2023, as instituições retomaram sua agenda social após profundas reformas neoliberais. Nessa retomada, descobre-se diariamente o quão dramáticos foram os efeitos dessas reformas. A título de exemplo, ao reabrir as portas da Fundação Palmares, a carência ia desde a falta de pessoal e energia elétrica até pequenos utensílios, como mesa, papel e caneta, copo plástico, papel higiênico, seringa, algodão, luva. Mesmo no palácio presidencial, o sofá estava carcomido, a mesa quebrada, a cadeira suja, as despensas, geladeiras e adegas vazias³. O Ministério do Trabalho e do Emprego foi extinto pela primeira vez em seus 88 anos de história já no primeiro dia do governo Bolsonaro, pela Medida Provisória (MP) nº 1.058/2021, e relegado à condição de *pasta* guardada pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, subordinada ao Ministério da Economia. Um símbolo do lugar reservado ao trabalho e ao trabalhador nos regimes neoliberais.

A reanimação da fiscalização do trabalho revelou, em um prazo de dois meses, quase mil casos de trabalho escravo. Entre os casos mais chocantes estava a situação degradante em que foram interceptados trabalhadores em grandes plantações de uva em cidades do Rio Grande do Sul. Quem eram? Os “baianos”. Dessa vez, ao contrário do que encontramos nas pesquisas antes de 2016, não havia dissimulação, o ódio e a violência eram claros e explícitos: pelo fato de serem “baianos”, esses trabalhadores estavam deixados à toda sorte de exploração e violência reforçada pelo preconceito preexistente e ao novo rancor notavelmente difundido naquele período. Os demais trabalhadores escravizados que não eram baianos (argentinos ou não-nordestinos) eram poupados dos castigos mais pesados.

Eis um caso flagrante de trabalho escravo nos antigos modelos de grandes plantações e fazendas, semelhantes às *plantations* coloniais dos séculos 17 e 18: dormitórios improvisados em porões e barracos apertados, uso de correntes, cadeados, comida estragada e maus tratos variando da humilhação aos choques e espancamentos. Quando autuados pelo delito, os empresários ativam em seus discursos o mesmo esquema racial que outrora legitimara a subjugação dos povos negros, pardos e indígenas, isto é: os “baianos” são insolentes e preguiçosos, incapazes, indolentes, arredios, sensualizados e promíscuos.

Assim, se por um lado aquela pequena e pretensiosa pesquisa iniciada em 2014 era posta em relevância, uma vez que se confirmava a importância do problema dos “baianos” no Rio Grande do Sul, por outro, todo o prolixo palavrório introdutório sobre os fundamentos da identidade e da diferença, foi posto em xeque. Na dissertação defendo que as tendências de considerações sobre o sujeito humano mostravam estar sendo superadas pela dialética do movimento histórico global: superava-se, então, os discursos essencializantes sobre o humano ter uma determinada natureza de ordem divina, sanguínea ou natural que se manifestaria nas relações sociais e o anexaria em uma hierarquia incontornável.

A tese considerava que esses discursos ainda existiam, porém, não mais do que como resquícios subordinados aos valores alcançados pela sociedade humana global. O palco agora, desde o século das luzes e da revolução francesa, era ocupado pela racionalidade e pelas ciências empíricas que lhe eram fiéis, e isso se encaminhava como que por necessidade para o apagamento gradual dos resquícios fixadores e hierarquizantes: homem/mulher, branco/negro, civilizado/bárbaro. Vivia-se uma atmosfera de progressão constante, de desconstrução

³ Episódios ignóbeis e representativos do período foram vistos nessa transição, como o esvaziamento do pequeno espelho d’água do Palácio do Alvorada, ordenado pela ex-primeira-dama, para o recolhimento das moedas lançadas pelos visitantes. O episódio ocasionou a morte das carpas presenteadas pelo imperador japonês. Ver: site G1 — Brasília 09/02/2023.

das identidades opressoras e das infinitas possibilidades do vir a ser de todas as coisas (veja-se os estudos sobre atores não-humanos, identidades drags, ciborgues e modificações corporais de Latour, Butler e Haraway). Não se vislumbrava naquele horizonte, por exemplo, que – diante das evidências desconstrutivistas e desessencializantes, da força dos argumentos e demonstrações da inexistência de núcleos duros identitários -, pudéssemos voltar à hegemonia das taras essencializantes. Quanto a isso estávamos errados.

Este artigo está dividido em três partes. A primeira apresenta um apanhado sobre a fase de ascensão do Polo Naval como fenômeno global, cenário em que se constrói a representação do trabalhador vindo de fora da cidade e do estado como “baiano”. A segunda parte aborda os materiais e métodos empregados para a construção da pesquisa em suas três principais fases: ascensão do polo e a construção da representação do “baiano”; declínio do Polo e desaparecimento do “baiano”; e, última e mais recente fase, sua reaparição no emprego do trabalho escravo. Na terceira parte, sobre o reaparecimento do “baiano”, realiza-se um balanço sobre a continuidade dos antigos estigmas afixados em sua representação – preguiçoso, pervertido, festeiro – e o aparecimento dos novos estigmas, concernentes ao contexto de aprofundamento do preconceito e rebaixamento do “baiano” ao nível da desumanização, isto é, do condicionamento de sua escravização.

2. PRIMEIRA FASE DA PESQUISA: A EMERGÊNCIA DO “BAIANO”

Entre 2013 e 2016, o Núcleo de Estudos do Polo Naval (NEPN) demandou uma pesquisa sobre as reconfigurações culturais e simbólicas que ocorriam no Polo Naval de Rio Grande. A cidade e toda a região sul (incluindo os municípios de Pelotas, Bagé e São José do Norte) concentrava esforços no sentido de se ajustar às profundas modificações estruturais que ali se passavam. Era necessário registrar em dados e detalhar em relatórios minuciosos as experiências dos habitantes rio-grandinos para possibilitar a mensuração do impacto meteórico do que veio a ser a instalação do Polo Naval em todo o estado do Rio Grande do Sul, mas especialmente na sua região sul, sua estrutura colossal de construção de plataformas para exploração do pré-sal e sua participação como *player* em uma das maiores reservas de petróleo do mundo (ROBERTT; D’AVILA, 2022).

Foi isso que se buscou nos estudos com o NEPN, por meio de instrumentos estatísticos, análise documental, entrevistas com autoridades, trabalhadores, diretores do polo, moradores e trabalhadores nas circunvizinhanças. Foi necessário passar um tempo na região, vivenciando a atmosfera do polo, buscando capturar seu contexto. O objetivo final era marcar as bases para a compreensão de como a população local estava sendo afetada já que agora estava exposta ao mundo globalizado do século 21, isto é, à ferocidade do grande capital e suas expressões geopolíticas; mas, principalmente, exposta às novas populações migrantes que acorriam ao polo para supri-lo com sua força de trabalho em alta valorização: os números podem ser pensados em torno de 50 mil novos trabalhadores diretos e indiretos, afora suas famílias, que se integraram à cidade em poucos anos (2011-2016) (SINAVAL, 2013; 2016).

Eis meu problema de pesquisa: o conflito que se desenrolava entre os habitantes “gaúchos” e os “bairianos”. À época, era pouco mais que uma fofoca que se alastrava entre os moradores tanto de Rio Grande quanto de Pelotas, cidade em que eu residia. Também ganhava eco nas redes sociais. Os tais “bairianos” não levavam muito a sério, até não existiam, como a pesquisa demonstrou. O “baiano” era como um invasor alienígena, um fantasma que dizia mais a respeito da fantasia de quem o temia do que do fenômeno em si.

O “baiano” era o mal-estar trazido com o polo. Representavam o movimento desestabilizante do cotidiano, os novos transeuntes, vizinhos, personagens do transporte público; eram as novas referências no real, as oscilações nos preços dos produtos básicos, a nova riqueza que a cidade prometia, a disputa por postos de trabalho com melhores condições. O “gaúcho”, também entre aspas, tampouco existia; figura imaginária por ser estereotipada e reduzida por pressão da situação, de exigência de tomada de posição, de autodefinição. Por fim, detido no conflito, foi se destacando o aparecimento frequente dos seguintes temas: trabalho, regionalidade, vizinhança, variação descontrolada do real e do sujeito daquela realidade.

Outrora, o signo “baiano” foi usado para denominar os migrantes do norte e nordeste que vinham a São Paulo nos deslocamentos populacionais dos anos 1960-1980. No Rio de Janeiro, esses migrantes eram chamados de “paraíba”. Ambos os termos remetiam a esse mesmo fenômeno de disputa pelos elementos da realidade local – status, trabalho, casamento, costumes etc. A abertura de uma nova realidade a partir da incorporação desse novo diferente, mais ou menos inferiorizado tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo (de acordo com as lutas e resistências dos migrantes), havia gerado uma nova configuração naqueles espaços, um quadro novo e carregado de conflitos, mas ainda funcional, segundo a nova configuração industrial-capitalista (GUIMARÃES, 2002).

Esse mesmo quadro se desenhou no sul do país e foi recebido com certo entusiasmo pelos pesquisadores membros do NEPN. No sul do Rio Grande Sul, estava a oportunidade para rever estudos que se debruçaram sobre fatos análogos, característicos das formações urbanas do século 20, tendo um conflito se esboçando e *in loco*.

Nesse caso, de luta silenciosa municada desses estereótipos, havia um ambiente em que as emoções mais engajadas no conflito se desnudavam: a internet. Ali, apesar da informalidade e do relativo anonimato dos acusados e acusadores, o conflito aparecia em sua máxima nudez e como fato inegável (ainda que quase unilateral, com ataques vindos exclusivamente do grupo “gaúcho”). Nas redes sociais, em comparação com os encontros tidos na realidade concreta, o tom de deboche continuava com muito mais violência e decisão:

SEUS BAIANOS, FDP, DESGRAÇADOS, NÓS DOMINAMOS A CIDADE, ELA É NOSSA, NÓS CHEGAMOS AQUI ANTES, COLOCAMOS NOSSA CULTURA ANTES, ENTÃO SEUS FORAGIDOS DA POLICIA, SEUS LADRÕES BARATOS, PÉ RAPADOS, PREGUIÇOSOS DO CARALHO, MAIORES PREGUIÇOSOS DO MUNDO QUE NÃO FAZEM PORRA NENHUMA, TRABALHAM O CACETE, SÓ MATAM HORA E SEM EDUCAÇÃO QUE NÃO MERECEM RESPEITO, BAIANOS, PIOR RAÇA E NÃO SOU RACISTA, SÓ TO PUTO DA CARA!!!!!! (MARCHIORO, 2021, p. 146).

Durante a pesquisa, vi-me confrontado com a centralidade que a internet e os fóruns de discussão online assumiram enquanto espaços fundamentais no desdobramento dos conflitos culturais do Polo Naval. Nos anos de 2013 e 2014, a internet e as redes sociais não contavam com análises e instrumentos de investigação maduros como hoje (RUGERI, 2023). Ainda assim, o pioneirismo das pesquisas de Angélica de Sena e Pedro Lisdero feitas em 2013 permitiram-me tomar os sites e outras plataformas online em que “gaúchos” e “bairanos” se hostilizavam como laboratórios de análise sobre a construção, a evolução e a difusão dos estigmas e suas possíveis derivações em futuras figurações sociais (inferiorização regional/racial, precarização da mão de obra etc.). Pois dali se originaram as formas semânticas, os indicadores, os traços e as marcas do estigma, reunidos em expressões culturais como músicas, piadas, imagens para serem usadas em situações de conflito ou de descrição satisfatória do “baiano” enquanto representação pejorativa e estigmatizante dos trabalhadores migrantes.

Um dos principais sintetizadores e impulsionadores desse estigma foi a música “Foge que é baiano!”, um funk da dupla Vatapá e Acarajé que, por meio do YouTube, se popularizou com muita força entre os anos de 2014-2015 no sul do estado. No pequeno trecho da música, podemos observar um compilado dos traços descritivos do que seria “o baiano”:

Trecho da música: Foge que é baiano. Por Vatapá e Acarajé⁴

[...] De *boombox* no busão, gel, cabelo do Neymar
Tem cavaco, tem tantan, viação noiva do mar
Agora eu fiquei doce e é assim que eu sobrevivo
Tô tirando onda no rolê de seletivo...
Se eu tiver de *boombox*? FOGUE QUE É BAIANO...
E loco de cerveja? FOGUE QUE É BAIANO...
Tem churrasco todo dia? FOGUE QUE É BAIANO...
Tem segunda e quarta-feira? FOGUE QUE É BAIANO [...]

Vale sublinhar alguns pontos. O *boombox* no “busão”, por exemplo, é a caixa amplificadora de som que pode ser transportada, mas que o “baiano” leva a lugares considerados inadequados pelos “gaúchos”, como o transporte público. A caixa reverbera em som alto e estilos de músicas que desagradam os “gaúchos”. Essa simples passagem evidencia o contraste que o “baiano” representa entre o calmo e o agitado, o silêncio e o barulho, a ordem e a desordem e, porque não, a suposta experiência espiritual do cotidiano civilizado em que o nativo se percebe contraposta ao sensualismo desinibido do “baiano” invasor (SOUZA, 2017). Outro ponto é a referência à Iemanjá, que remete ao nosso problema atual e será retomado adiante.

3. MATERIAIS E MÉTODOS DA CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA

A densidade de cada elemento de distinção entre os grupos é efeito da larga batalha entre diferenças que extrapola em muito o caso do Polo Naval de Rio Grande, remetendo mesmo à historicidade colonial e imperial brasileira e, no limite, à grande história ocidental – como já citado, nas oposições branco/negro, corpo/espírito, civilizado/bárbaro advindas das elaborações protocientíficas do ocidente ou ainda filosóficas da antiguidade, como resgataram Moura (1988), Quijano (2005) e Souza (2019).

Foi possível testemunhar que, em grupos de “gaúchos”, quando a sós, essas referências e os conteúdos emocionais eram escoados mais livremente, como nesse trecho de uma conversa capturada em um salão de beleza:

— E como é que vocês os reconheciam [“os baianos”]?
— *É porque eles estavam sempre falando alto, de algum jeito tu via que não eram gaúchos. Eles falam alto, eles sempre tão em grupos grandes, a aparência física... tu já vê. No calçadão de Rio Grande mesmo, eles tavam sempre por ali. E nos bares, eles ficam, tomam conta dos bares, bebendo chope, cerveja, tudo. Quando tu passa tu já vê, porque eles ficam conversando alto.*

Quanto ao ponto sobre a Iemanjá, mencionado na música, é uma referência rica pela ambiguidade que assume no caso dos “baianos” no Rio Grande do Sul. Ambígua porque a entidade afro-brasileira empresta o título de “Noiva do Mar” à empresa de transportes da

⁴ A música pode ser acessada pelo Youtube no link: <https://www.youtube.com/watch?v=msOEoqTW-hA> (Acessado em ago 2023).

cidade de Rio Grande, mas também combinada ao “baiano” como representante das vertentes religiosas e culturais das matrizes afrodescendentes.

Acontece que o Rio Grande do Sul é o estado com maior proporção de adeptos declarados das religiões afrodescendentes no país, quase cinco vezes o número de praticantes na Bahia, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012). O estado gaúcho também apresenta a maior população de judaístas em sua capital, e a segunda maior população declarada branca no país, o que sugere uma rica base conflitiva de possíveis desentendimentos de fundo socio-religioso. Essa é uma interpretação corrente na opinião pública no estado: “Os dados confirmam o Rio Grande do Sul como o estado dos extremos religiosos. Estão em território gaúcho o município mais católico, o mais evangélico, o mais umbandista, o mais islâmico e o mais mórmon do país”, editou o jornal *Gazeta Zero Hora* (2012).

Além dos registros estatísticos sobre os autodeclarados umbandistas e candomblecistas no Rio Grande do Sul, outro dado sobre as influências afrodescendentes é a manifestação dos cultos ou mesmo suas sutis alusões ou insinuações na cultura urbana. Em minha experiência, pude perceber, já nos primeiros dias de estada em Pelotas, cidade vizinha de Rio Grande, os sons, as cores e os cheiros dessas manifestações. Entre 2010 e 2014, caminhando pela parte velha da cidade, onde se localiza o Instituto de Ciências Humanas da UFPel, cruzamos com uma casa azul na esquina de uma rua de fluxo constante. Pelo som e pelas movimentações, logo descobrimos ser um espaço de cerimônias umbandistas, pois, na frente da casa azul, estudantes e transeuntes esbarravam com gente travestida, com saias coloridas, chapéus, braceletes e tornozeleiras instrumentais que vinham descansar e respirar na calçada. Nessas horas, a porta da casa ficava aberta e podia-se ver o que se passava lá dentro. Era um ambiente sedutor, por ser alegre e muito sensual nas danças de mulheres lindas, homens fortes e drags ou homens com roupas e acessórios “femininos”.

Também eram frequentes os trabalhos nos cruzamentos das ruas: de duas a quatro pessoas acoradas montando oferendas, acendendo velas. Nas noites de umbanda em Pelotas, a vizinhança era embalada pelos tambores e cantos. Era um pequeno carnaval, impossível desvencilhar de uma cerimônia alegre. Esse terreiro em especial, a casa azul, ficava exatamente na frente de uma grande igreja católica, que depois descobri ser chefiada pela esposa do pai de santo da casa azul. Eis a manifestação concreta do sincretismo! O que de modo algum significa sincronia ou sintopia social, pois as cerimônias afrodescendentes, tanto umbandistas quanto candomblecistas, ocorrem no escuro, no longe, no aceitável. Como o carnaval, são liberações do reprimido, das inversões da ordem, do desprezo às normas. Seus membros não exibem tanta visibilidade de dia, na ordem do cotidiano, quanto os membros de instituições cristãs. As duas linhas, por mais que conjugadas em dadas situações (no privado do casal de líderes religiosos) têm diferentes status, produzem outros tipos de noções de honra e desonra, orgulho, medo e vergonha (CHIESA, 2020).

Em período coincidente com o crescimento do neopentecostalismo, dos casos de intolerância religiosa e, porque não, da ascensão da extrema direita nacional com repercussões significativas no Rio Grande do Sul, também as instituições afro-brasileiras recuaram (ou se extinguíram). A casa azul, como se chamava aquele terreiro, deixou de funcionar ali e, ao que fui informado, funcionava agora no bairro Três Vendas, bairro distante de sua antiga localização.

Em 2015 e 2016, últimos anos de minha pesquisa em Pelotas, já não se ouviam mais tambores pela noite, tampouco quaisquer elementos afrodescendentes podiam ser detectados como antes. Para capturar os preconceitos velados e em diferentes níveis sociais, outra técnica que se empregou foi a escala de atitudes, a aplicação de questionários com perguntas gradativas

sobre aversão/afinidade em relação aos “baianos”. Em universidades, cursos técnicos e no próprio Polo Naval e em suas prestadoras de serviços, eu e os colegas do NEPN desenvolvemos uma sequência de perguntas que tentava driblar as respostas ligeiras, que se esquivavam das possíveis taxações de racismo e xenofobia, por exemplo.

Em vez disso, os entrevistados deveriam responder às perguntas: “você considera que as vagas de emprego no Polo devem ser preenchidas apenas por habitantes locais? Os migrantes têm direito ao trabalho no Polo? Você considera que eles contribuem para o desenvolvimento da cidade? É otimista em relação aos ‘baianos’/migrantes morando em sua rua? Estudando na escola de seus filhos? E namorando um filho ou filha?”. As respostas poderiam nuançar em uma tabela que ia desde o “sim”, “talvez”, o “nem discordo nem concordo”, até o “não” e “de jeito nenhum”. No geral, as respostas se concentraram nas porções negativas da tabela, o que confirmava a aversão aos “baianos” por parte dos “gaúchos”.

Por fim, a utilização da escala de atitudes ajuda a confirmar aquilo que já vínhamos afirmando: que há uma aversão ao estrangeiro, simbolizado pelo “baiano”, que se não se desvela nas falas em toda a sua força – idealmente vista na internet –, floresce de outras formas, como na gradação de aceitação de acordo com a distância física, isto é, na maior aceitação dos “baianos” como moradores em algum lugar da cidade do que como vizinho próximo, na aceitação do “baiano” como vizinho do que como parente e assim por diante. A aversão ainda se insinua em questões relativas ao mercado de trabalho, na percepção de que os nativos teriam mais direito às oportunidades de emprego dispostas em um mercado cujo desenvolvimento se fez com a participação do migrante. (MARCHIORO, 2021, p. 204)

Ou seja, a conclusão da aplicação da escala de atitudes era de que existe uma razão material subjacente aos desconfortos com os estrangeiros e que dizem respeito a bens concretos, como preferência no trabalho, controle da vizinhança e da família, e assim por diante. Temos, então, um quadro das variáveis que nos permite delinear a base social conflitiva do estado gaúcho, isto é, a base social como fundo propenso de gerar uma miríade de relações possíveis entre os sujeitos que aí convivem, inclusive positivas e harmônicas; nesse caso, os “gaúchos” em geral e os novos habitantes. Existe, portanto, a possibilidade de harmonização entre as grandes e as pequenas diferenças dos vários “gaúchos”, “baianos” e demais migrantes. Mas por que ela não se realizou nos últimos anos? É o que temos de tentar responder.

4. SEGUNDA FASE: DO ELDORADO HIGH-TECH AOS ESCOMBROS ESCRAVAGISTAS

Com a Operação Lava Jato e a desnutrição do polo, Rio Grande voltou à sua fisionomia anterior, apenas com esqueletos e ruínas do antigo “sonho do Eldorado” (CUNHA; RUCKERT, 2019). No período pós-polo, sentia-se um saudosismo dos bons tempos em que o problema eram os “baianos”, aqueles que, de uma forma ou de outra, chegaram e foram embora junto com a bonança. Era comum que agora ouvíssemos: “*Eles não eram tudo isso que falavam... Eu tinha muitos amigos baianos, cariocas, cearenses. Não tinha esse preconceito*”. Tudo parecia ter sido um mal-entendido. Essa era a impressão que pairava no deserto do pós-Polo Naval. Mas, alguns anos depois, o fantasma do “baiano” reapareceria e, acompanhando a tendência nacional, em piores condições.

O ano é 2023, que marca a derrota e o fim do mandato do presidente Jair Bolsonaro, e início do terceiro mandato de Lula. As instituições engatinham ao retorno de suas funções normais após a atrofia do estado social e engorda das reformas neoliberais desde 2016.

O neoliberalismo avançou a passos largos na gestão Bolsonaro com os órgãos do Estado, sobretudo os da mão esquerda, isto é, aqueles voltados ao social, à justiça, à saúde, à educação, à pesquisa científica, à vida das artes e ao mundo intelectual (BOURDIEU, 2019), pervertendo as instituições cujas razões eram destinadas à proteção e ao cuidado, como o Ministério do Trabalho e do Emprego, o Ministério da Educação e da Saúde, do Meio Ambiente, a Fundação Palmares, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Fundação Nacional do Índio (Funai) e outras. Todos esses foram afetados em seus fundamentos, acarretando consequências nefastas que, devido ao limite de espaço deste artigo, não serão desenvolvidas.

Na retomada da função social das instituições, descobriu-se, pouco a pouco, a crise em que a população brasileira estava. Ao reanimar a fiscalização do trabalho, ela testemunharia, em um prazo de três meses, quase mil trabalhadores resgatados de cativos em situações degradantes, superando todos os anos anteriores (perdendo apenas para todo o ano de 2008, com mais de mil trabalhadores sendo resgatados). Os responsáveis: empresários diretamente ligados ao governo Bolsonaro. Os casos mais chocantes diziam respeito à situação degradante dos trabalhadores no Rio Grande do Sul. Quem eram? Os “bairianos”, com aspas para indicar o modo errôneo e depreciativo em que o termo é mobilizado na relação de exploração e submissão de nordestinos ou brasileiros de cor parda ou preta.

Segundo relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT), elaborados desde 1985, as denúncias de trabalho escravo em 2023 também se assemelham aos anos recordes de 2003, 2005, 2007 e 2008 no que tange às regiões e segmentos em que se explora essa mão de obra, vinculados à agropecuária, ao minério, aos setores sucroalcooleiros (cana de açúcar, etanol) e ao desmatamento. Em 2008, ano recorde de todo o período histórico, a maioria dos casos denunciados estavam vinculados à pecuária (134). Em segundo lugar, aparece o ramo de carvão (47). Já entre as libertações, o setor sucroalcooleiro liderou o ranking em 2008, com 2.553 trabalhadores que deixaram a condição análoga à escravidão, conforme registra a CPT. Houve ainda sete casos compilados que uniram trabalho escravo e desmatamento – seis deles foram fiscalizados, com 83 trabalhadores libertados (CPT, 2017).

Até 2008, os estados com maior concentração de flagrantes de trabalho escravo, segundo a série histórica da CPT, estavam na região da Amazônia, ligados ao desmatamento (Pará, Mato Grosso); depois, nos estados do Paraná, Santa Catarina, Maranhão, Goiás e Alagoas. O Rio Grande do Sul não se destacava entre esses estados, mas já abrigava atividades ligadas ao agronegócio das frutas – uvas, pêssegos, maçãs – e às vinícolas e aos arrozais historicamente presentes na região sul.

Dos cerca de mil trabalhadores escravizados resgatados nos primeiros três meses de 2023, 207 deles foram encontrados ainda em fevereiro, dia 22, por uma operação conjunta entre o Ministério do Trabalho e do Emprego, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) em Bento Gonçalves, na Serra do Rio Grande do Sul. Região célebre pelo passeio de trem com degustação de vinhos e queijos e pelas festas temáticas, ela representa o universo de reprodução dessa instituição histórica que é o escravismo em condições atuais. Os trabalhadores, a maioria bairianos, mas também gaúchos (sem aspas) e argentinos, inclusive menores de idade, viviam em condições análogas àquelas dos escravos das antigas plantations ou das charqueadas, o “inferno dos negros”, para evocar a figura do folclore gaúcho⁵.

Os relatos se reforçam quanto à descrição dos maus tratos recebidos pelos empregados das vinícolas: trabalhavam das 5 às 20 horas sem descanso e sem finais de semana, eram obrigados a pernoitar no local e deviam saldar suas dívidas por todos os acessórios utilizados

⁵ A lenda popular do negrinho pastoreio é síntese desse inferno e é muito replicada no folclore rio-grandense.

(cama, banho, botas, roupa, lenços, panela etc). Alimentavam-se de comida estragada, dormiam em alojamentos precários e insalubres e não dispunham de liberdade para ir embora, ou seja, eram coagidos a permanecer no local de trabalho sob risco de sofrerem espancamentos, choques elétricos, spray de pimenta, ameaças de morte e tortura psicológica.

Nas denúncias recebidas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT, 2023), os trabalhadores gaúchos relataram que “apenas os baianos eram submetidos às torturas, choques e espancamentos”. Um desses trabalhadores conseguiu fazer um vídeo mostrando marcas de tortura em si e nos colegas. O vídeo foi disparado nas redes sociais e resultou no fim de contrato de alguns clientes com a empresa beneficiária do trabalho escravo. Ele foi trancado em uma sala e espancado por horas. Durante os golpes, os capangas gritavam: “mata, mata esse baiano! Vamos acabar com a raça dele. Ele tentou acabar com a nossa!” (SINDIPRODF, 2023).

É necessário enfatizar a atmosfera de normalidade em que as práticas escravizantes ganhavam sentido e eram até defensáveis. Alguns dias depois da publicização do resgate, no dia 27 de fevereiro, o Centro da Indústria, Comércio e Serviços de Bento Gonçalves (CIC-BG), emitiu uma nota de posicionamento sobre o caso (CIC-BG, 2023). O documento apresenta, de início, uma rápida concordância com o apoio à fiscalização e punição “para com os responsáveis por tais práticas inaceitáveis”, para em seguida avançar suas ressalvas e esquivas: “é fundamental resguardar a *idoneidade* do setor vinícola, importantíssima força econômica de toda microrregião”. As vinícolas são, “*todas elas*, sabidamente, empresas com fundamental participação na comunidade e reconhecidas pela preocupação com o bem-estar de seus colaboradores/cooperativados por oferecerem *muito boas condições de trabalho*, inclusive igualmente estendidas a seus funcionários terceirizados” (itálicos originais).

Portanto as vinícolas, “todas”, segundo a entidade, oferecem mais do que as condições legais de trabalho; são condições muito boas (idôneas!), tanto nas atividades da empresa quanto nas suas prestadoras. Não se percebe na nota nenhum estranhamento ou choque com o fato revelado, isto é, do trabalho escravo em suas dependências. Nota-se a pressa em defender as empresas e os empresários, de ressaltar sua grandeza econômica acima de tais acusações. E a nota finaliza apontando a causa real do trabalho escravo: segundo a entidade, a escravização de trabalhadores é consequência da “falta de mão de obra e da necessidade de investir em projetos e iniciativas (leia-se: por parte do poder público) que permitam minimizar este grande problema” (CIC-BG, 2023). E continua: pois “há uma larga parcela da população com plenas condições produtivas e que, mesmo assim, encontra-se inativa, sobrevivendo através de um *sistema assistencialista que nada tem de salutar para a sociedade*” (CIC-BG, 2023, itálicos meus). E, *grand finale*, a solução sugerida: “É tempo de trabalhar em projetos e iniciativas que permitam suprir de forma adequada a carência de mão de obra, oferecendo às empresas de toda microrregião condições de pleno desenvolvimento dentro de seus já conceituados modelos de trabalho ético, responsável e sustentável”. Ou seja, não havendo as condições adequadas, a empresa se vê na obrigação de lançar mão da escravização.

Para mensurarmos o perfil moral, o nível do racismo e da xenofobia, dos sujeitos com que estamos lidando, é preciso destacar que essa é a *nota oficial* de defesa e esclarecimento da associação acusada de escravizar inclusive menores de idade! Segundo a nota, o trabalho escravo é fruto da falta de mão de obra que é mal-acostumada por políticas assistencialistas que a desoneram do trabalho. Não restam, pois, alternativas aos empregadores idôneos, a não ser forçar os preguiçosos a trabalharem.

Aparentemente, não há aí nenhum sentido lógico: como se segue da falta de mão de obra para a necessidade de escravização da pouca mão de obra restante no mercado? Não seria

o contrário? Isto é, havendo pouca mão de obra, dispensa-se com ela o máximo de cuidado? Mas a lógica de forma alguma é relevante aqui. A condenação maior é reservada ao Estado (social), que, além de não ter projetos que supram essa carência de mão de obra (frise-se: barata e dócil), acaba por gerar uma massa de parasitas dos empresários idôneos. Resta, igualmente, uma defesa aberta, ainda que torta, do direito de escravizar os pobres considerados preguiçosos e parasitas em benefício desses senhores e senhoras que se descrevem como “A sociedade”, ou, ainda, “a sociedade de bem”.

Mas existe um fundo lógico que possibilita esses discursos. Wacquant (2001) dedicou-se a contextualizar o período ocorrido entre o final dos anos 1980 e início dos 1990, no auge do neoliberalismo anglo-saxônico, em que foram disparados projetos de “tolerância zero”, implicando na criminalização da pobreza como “classe de parasitas que nos ameaça e vivem em nossas costas”, como declarou Lawrence Mead, um dos principais idealistas do Estado (social) mínimo, em um colóquio no *Institut d’Affairs Economics* na Inglaterra. O mesmo Lawrence ainda declarou: “O Estado-providência deve ser arquivado a fim de salvar a sociedade da *underclass*, que já semeia a ruína social e a desolação moral das cidades [...]”. O paralelo dessa fala, advinda em mantra nas frentes neoliberais, é quase automático em relação à Nota Oficial do CIC-BG⁶. Sobretudo quando Laurence, no mesmo colóquio, descreve que “o Estado deve evitar ajudar materialmente os pobres, deve, todavia, sustentá-los moralmente *obrigando-os a trabalhar*” (WACQUANT, 2001, p. 42-43, itálicos meus).

O próprio presidente Bill Clinton endossou as análises pseudocientíficas que martelavam que “as uniões ilegítimas e as famílias monoparentais seriam a causa da pobreza e do crime”, que “a taxa das famílias monoparentais aumenta rapidamente à medida que os orçamentos das ajudas crescem [...]”. (WACQUANT, 2001, p. 42). Vemos esse palavrório alvejando programas de assistência, como o Bolsa Família no Brasil, de que as mães fazem filhos só para se pendurar no auxílio. E é claro que aqui e acolá os alvos de tais hostilidades se assemelham: são os pobres e negros – sendo a raça a substância e a pobreza o predicado (promiscuidade sexual, inclinação ao crime e à vadiagem).

De forma mais espontânea, e para coroar o festim diabólico, é Sandro Fantinel, um vereador de Caxias do Sul, cidade vizinha de Bento Gonçalves, então do partido Patriotas, que vocaliza esse espírito. Mais além do não estranhamento da CIC-BG sobre o trabalho escravo, o vereador estranha o espanto da sociedade em relação à escravização nas vinícolas:

Agricultores, produtores [rurais], empresas agrícolas que estão nesse momento me acompanhando, eu vou dar um conselho para vocês: não contratem mais aquela gente lá de cima. Todos os agricultores que têm argentinos trabalhando hoje só batem palma. São limpos, trabalhadores, corretos, cumprem o horário, mantêm a casa limpa e no dia de ir embora ainda agradecem ao patrão pelo serviço prestado e pelo dinheiro que receberam. Agora, com os baianos, que a única cultura que eles têm é viver na praia tocando tambor, era normal que se fosse ter esse tipo de problema. Deixem de lado aquele povo que é acostumado com Carnaval e festa para vocês não se incomodarem novamente. Que isso sirva de lição. Se estava tão ruim a escravidão, como alguns do grupo não quiseram ir embora? (CARTA CAPITAL, 2023, itálicos meus)

⁶ Os paralelos são inumeráveis dentro de um modelo predatório que vigora há séculos, indo desde as descrições de Marx em “O Capital” sobre as personificações malthusianas de herdeiros que pregavam a eliminação dos pobres, até as falas públicas recentes, isto é, desavergonhadas em defesa da punição dos pobres: o caso da ex primeira dama de São Paulo, Bia Dória, que condenou aos que ajudam os moradores de rua que estariam fortalecendo seus vícios e a preguiça; as perseguições ininterruptas ao padre Júlio Lancelotti e seu trabalho com os milhares de pessoas em situação de rua em São Paulo.

Esse conjunto de prenoções, para usar a fórmula durkheimiana, é produto acabado e devidamente ordenado daquilo que, em minha pesquisa de 2013-2016, pude extrair sobre a migração de trabalhadores do Polo Naval de Rio Grande. O “tambor”, o “carnaval” e a “praia”, já mencionados nesse artigo tanto na música “Foge que é baiano” quanto nas entrevistas, e, sobretudo, associado à cultura e religião afro-brasileira, reaparece na fala do vereador para discriminação e legitimação da escravidão denunciada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira etapa da pesquisa, entre 2013 e 2016, a raça, enquanto categoria específica, não aparecia em sua forma pura na análise dos conflitos entre “gaúchos”/nativos *versus* “baianos”/migrantes no caso do Polo Naval. Isto é, o racismo e a xenofobia, enquanto inferiorização do outro devido à sua origem regional ou à sua raça, não se explicitava como tal, tendo em vista as consequências negativas que o sujeito praticante poderia experimentar. É dizer que, nesse período, vigorava um certo receio de receber o título de “racista” ou “preconceituoso” evidenciado em inúmeras falas que abriam exatamente assim: “não é que eu seja preconceituoso, mas...”. Tais discriminações, pois, eram obrigadas a se insinuar em formas dissimuladas, em eufemismos ou derivações, como se viu no caso da música “Foge que é baiano”, cujo sucesso se deve à riqueza e precisão na caracterização do problema com os migrantes e por agir como vetor do desconforto vivido nesse sentido por parte dos gaúchos locais.

Na segunda etapa da pesquisa, entre 2016 e 2023, deu-se uma mudança que abrangeu todo o território nacional e que, no sul do Rio Grande do Sul, fecundou esse substrato preparado pelos anos anteriores de instalação do Polo em suas dimensões sociais. Como descrito no artigo, dadas as mudanças efetivas operadas pelos novos governos e suas consequências imediatas na concretude da vida social, aquela violência, outrora reservada à internet, ganha não só os espaços públicos, mas as práticas e os discursos oficiais, institucionais, políticos e empresariais.

O aumento dos flagrantes de trabalho escravo registrados durante esse período em praticamente todos os estados do país (e revelados apenas em 2023, com a mudança de governo e o ressurgimento das instituições em suas mínimas razões de ser, nesse caso, o Ministério do Trabalho e do Emprego) ganha contornos simbólicos no Rio Grande do Sul. O “baiano”, essa representação da pessoa negra, migrante, principalmente nordestina ou nortista, é posto agora diretamente no lugar que lhe deve ser de direito, a saber, nas condições em que foram encontrados pelos órgãos de fiscalização: no trabalho físico, sem repouso, sem fim de semana, sem moradia própria; com castigos corporais, ameaças de morte e maus tratos; dormindo em jaulas⁷, alimentando-se de sobras e pagando com juros pelo chão em que dorme, a comida estragada que come e o pano que veste.

Nessa segunda fase, ocorrida num contexto político de exacerbação do ódio aberto ao outro – seja negro, gay, trans, indígena, “esquerdista”, “globalista”, “comunista” –, não são mais necessárias as justificações sobre a aversão ou rejeição aos “baianos”, se pelo fato de serem barulhentos, afeminados ou festeiros. As empresas que são autuadas valendo-se de seu trabalho escravo simplesmente o sequestram, pela persuasão e/ou pela força. E, como nos casos aqui vistos, e, mais uma vez, posto o contexto permissivo do fato, uma vez flagradas, essas empresas e suas entidades representativas sempre articuladas com seus próprios porta-vozes no governo, em vez de negarem tais atos, assumem-nos e os defendem como “idôneos” ou meramente acidentais, assim praticados, segundo eles, devido às políticas assistencialistas que

⁷ Refiro-me ao caso análogo de Joinville. As fotos podem ser vistas em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/trabalhadores-almocam-em-canil-em-obra-da-prefeitura-de-joinville-denuncia-chega-ao-mpt/>

deixa esses “baianos” indolentes e mal-acostumados. Foi exatamente assim, como se viu, que afirmou confiantemente um de seus porta vozes: só querem saber de festa, bater tambor e ficar na areia da praia.

Por fim, retomando o objetivo inicial de verificar a relação de continuidade entre os dois períodos analisados, este artigo reforça a inexorabilidade do racismo e da xenofobia (com a migração interna, ou melhor, norte e nordestina, mas também latino-americana, asiática, africana) como instituições enraizadas e centrais na constituição do Brasil como Estado-nação. Pois, entre as conclusões possíveis de se extrair sobre a continuidade do primeiro e do segundo período aqui analisados, uma é de que tanto o preconceito nascido entre os moradores e trabalhadores da zona diretamente envolvida com o Polo Naval, quanto o racismo exacerbado e instrumentalizado das classes dominantes, reforçam-se em um plano econômico de superexploração que se vale do longo caudal histórico de escravização e de sua adaptação e/ou aperfeiçoamento no vir a ser de nossa sociedade.

Termino retomando a asserção de Stuart Hall de que a aspiração evolucionista da história que silenciosamente residia em nós, pesquisadores e sujeitos políticos pretensamente pós-iluministas, quebrou-se. Hoje, experimentados os últimos anos, temos que um regresso às trevas é só questão de virar uma chave. As representações icônicas do Brasil colonial que exibíamos em casa como representações de nossa afetada erudição, atualizaram seu sentido e agora não mais estão no passado distante do para-nunca-mais. Aquelas costas negras chicoteadas de Debret, aquele porão infernal representado por Rugendas se aproximaram de nós no tempo, no logo-ali, no horizonte dos possíveis. Ou por acaso aquela fala do vereador do Rio Grande do Sul, feita em 2023, não poderia ser facilmente transportada aos séculos 17 e 18, sem grandes modificações? Transportada para o caderno de caixa de um traficante de escravos ou senhor de escravos?

A pergunta inescapável que nos resta fazer é de ordem tanto política quanto teórica e metodológica: como foi possível esse reaparecimento de relações cujos sentidos, há alguns anos, *pareciam* impensáveis, completamente absurdas e superadas? Este artigo busca contribuir, em alguma medida, não tanto com sua resposta, mas com a importância e urgência de sua discussão.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

CHIESA, Gustavo Ruiz. “**A sua religião é a Antropologia**”: histórias e (des)caminhos de um antropólogo-aprendiz em um terreiro de Umbanda. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 40(2): 215-236, 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Por debaixo da floresta**: Amazônia paraense saqueada com trabalho escravo / [coordenação] Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB ; CPT. -- São Paulo : Urutu-Branco, 2017.

CUNHA, Ricardo; RUCKERT, Aldomar. Polo naval offshore de Rio Grande: estratégias políticas e a formação de um complexo da produção naval. **Geosul**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 239-260, 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

IBGE. **Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião**. In: Agência IBGE Notícias, 2012. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala->

de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14244-asi-censo-2010-numero-de-catolicos-cai-e-aumenta-o-de-evangelicos-espiritas-e-sem-religiao. (Acessado em ago 2023)

GZH. **Dados do IBGE colocam municípios do Estado como campeões em credos**, 2012. In: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2012/06/dados-do-ibge-colocam-municipios-do-estado-como-campeoes-em-credos-3806966.html#:~:text=Apesar%20de%20ser%20o%20segundo,vezes%20o%20percentual%20da%20Bahia>. (Acessado em ago 2024).

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

MARCHIORO, Pedro Francisco. **Das migrações: processos culturais e construção da identidade no sul do Rio 2021 Grande do Sul**. Curitiba: Appris, 2021.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro Brasileiro**. Editora Ática: São Paulo, 1988.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005.

ROBERTT, Pedro; D'AVILA, Ana Paula F. **A trajetória do polo naval de Rio grande vista desde a sociologia**. São Paulo: Max Limonad, 2022.

RUGERI, Talita. **“Neutro é shampoo de bebê...”: a elaboração do posicionamento político-ideológico de jovens em Curitiba**. Curitiba, 2024. Tese (doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências humanas da UFPR.

SINAVAL – SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL E OFFSHORE 2013 – **EBR inicia obras de estaleiro em RS** – Disponível em: <<http://sinaval.org.br/2013/09/ebr-inicia-obras-de-estaleiro-em-rs/>>. Acessado em 08/2023.

SINAVAL – SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL E OFFSHORE 2016 – **Cenário da construção naval brasileira: 1º Semestre de 2016**. Sumário executivo. Rio de Janeiro: 2016. Disponível em: <<http://sinaval.org.br/wp-content/uploads/Sinaval-Cen%C3%A1rio-da-Constru%C3%A7%C3%A3o-naval-1-Semestre-2016-27-7-16.pdf>> Acessado em: 08/2023

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 2001.

GZH. **DADOS DO IBGE COLOCAM MUNICÍPIOS DO ESTADO COMO CAMPEÕES EM CREDOS**. Gaucha ZH, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2012/06/dados-do-ibge-colocam-municipios-do-estado-como-campeoes-em-credos-3806966.html#:~:text=Apesar%20de%20ser%20o%20segundo,vezes%20o%20percentual%20da%20Bahia>. Acesso em: ago. 2023.

MTP. **MPT e DPU orientam resgatados das vinícolas a mover ações na Justiça**, 2023. Disponível em: <https://www.prt5.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-ba/2033-mpt-e-dpu-orientam-resgatados-das-vinicolas-a-mover-com-aco-es-na-justica> (Acessado em ago 2024)

SINDIPRODF. **VEREADOR GAÚCHO FAZ DISCURSO XENÓFOBIA**. 2023. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/vereador-gaucha-faz-discurso-xenofobo-e-e-expulso-de-seu-partido/>. Acesso em: ago. 2023.

REPÓRTER BRASIL. **DENÚNCIA SOBRE TRABALHO ESCRAVO ATINGEM RECORDE EM 2008**, 2009. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2009/05/denuncias-sobre-trabalho-escravo-atingem-recorde-em-2008/>. Acesso em: 08. 2023.

CARTA CAPITAL. POLÍCIA ABRE INQUÉRITO PARA APURAR DECLARAÇÕES XENOFÓBICAS DO VEREADOS NO RS. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/policia-abre-inquerito-para-apurar-declaracoes-xenofobicas-de-vereador-no-rs/>. Acessado em: 08. 2023.

CICBG. NOTA DE POSICIONAMENTO, 2023. Disponível em: <http://www.cicbg.com.br/noticia/nota-de-posicionamento/1699>. Acesso em: ago 2023.

Recebido em: 25/03/2023

Aceito para publicação em: 26/08/2024